

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: Para fazer caixa, Estados e municípios seguem União e devem privatizar estatais](#) 4

[Título: Temer aposta nas concessões para ganhar popularidade](#)..... 8

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Sem dano ao Tesouro nem à Petrobras.....	2
Título: PSDB e DEM precisam apoiar e defender privatizações.....	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Para fazer caixa, Estados e municípios seguem União e devem privatizar estatais.....	4
Título: Privatização atinge loteamento político	6
Título: Temer aposta nas concessões para ganhar popularidade.....	8
Título: Tempos elétricos.....	10

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Adriano Pires****Título: Sem dano ao Tesouro nem à Petrobras**

Uma solução criativa e, ao mesmo tempo, simples para os problemas trazidos pela cessão onerosa e sua extensão poderá ajudar a Petrobras a enfrentar a sua dívida e permitir um grande aporte ao Tesouro na batalha de reduzir o déficit fiscal. Mas, antes de apresentá-la, é preciso esclarecer do que se trata. A cessão onerosa é um regime jurídico criado em junho de 2010 através da Lei 12.276, em momento da grande capitalização da empresa.

A ideia era que a Petrobras tivesse condições econômicas de fazer frente aos vultosos investimentos necessários para exploração e desenvolvimento dos campos do pré-sal. Para isso, o governo cedeu cinco bilhões de barris de reserva de petróleo — ou seja, a serem descobertos — a US\$ 8,56 dólares/barril em troca de ações. A operação resultou num aumento de capital de US\$ 70 bilhões, dos quais US\$ 42,5 bilhões foram subscritos pela União, através da transferência da propriedade sobre os ativos da chamada cessão onerosa.

O acordo rezava ainda que, quando a Petrobras descobrisse esses barris, haveria um encontro de contas entre a estatal e o Tesouro, baseado no preço estabelecido em 2010 e o do momento da declaração de comercialidade. Ocorre que a empresa descobriu reservas que ultrapassaram os cinco bilhões de barris, alcançando cerca de 17 bilhões. Esses 12 bilhões de barris a mais levaram o nome de extensão da cessão onerosa. E o regime jurídico para explorar e produzir esses barris no pré-sal e o regime da partilha também foram criados em 2010.

O governo Dilma — aproveitando-se de artigo da Lei da Partilha, que permite dar à Petrobras sem licitação áreas de pré-sal que sejam consideradas estratégicas — publicou uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) cedendo à estatal os 12 bilhões de barris de reserva da extensão da cessão onerosa. Porém, o TCU bloqueou essa operação até o momento.

Diante de tal quadro, o que o governo deveria fazer com o intuito de beneficiar o Tesouro e a Petrobras? Primeiro, revogar a resolução do CNPE e trazer de volta para a União os 12 bilhões de barris. Um segundo passo seria promover um leilão de partilha desses barris. Terceiro passo: com parte da receita desse leilão, acertar as contas entre o Tesouro e a Petrobras, no caso de a estatal ser credora. Trata-se da melhor solução, porque não passa por alteração de lei alguma.

Caso a Petrobras seja credora, e o governo queira pagar a estatal com barris de petróleo, terá de alterar a Lei da Cessão Onerosa. Ou seja, a solução terá de passar pelo Congresso. Isso demandará mais tempo, o que acarretaria prejuízo à Petrobras e ao Tesouro. Agora vamos aos números que tanto ajudariam o Tesouro a solucionar seu déficit fiscal, bem como a Petrobras a equacionar sua dívida. Num cenário conservador, um leilão de 12 bilhões de barris de reserva do pré-sal a US\$ 5 o barril significa US\$ 60 bilhões.

Num cenário mais otimista, um leilão desses 12 bilhões de barris a um preço de US\$ 8 cada alcançaria quase US\$ 100 bilhões. É bom lembrar que a dívida da Petrobras é algo em torno de US\$ 89 bilhões, e o déficit anunciado recentemente pelo governo já atinge os R\$ 159 bilhões. Já perdemos 2017 ao não promover um leilão de pré-sal com as reservas da extensão da cessão onerosa. Tanto o Brasil quanto a Petrobras estão em regime de urgência. É bom não esquecer.

Adriano Pires é diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: PSDB e DEM precisam apoiar e defender privatizações

Há 29 anos, ainda na transição do regime autoritário para a democracia, políticos identificados com a social-democracia e o liberalismo exercitaram a ousadia na formulação de um novo projeto político para o país. Havia convergência sobre objetivos na reconstrução nacional.

O PSDB, por exemplo, apresentou-se contra o populismo personalista e o autoritarismo concentrador do poder e da riqueza. "Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas" dizia no manifesto de fundação, em 25 de julho de 1988. Entre os compromissos, alinhou a reforma da administração pública "para livrá-la das práticas clientelistas e assegurar eficiência às empresas e órgãos estatais"!

Já o PFL reciclou-se na modernidade das ideias liberais, mudou o nome para Democratas (DEM), em 2007, afirmando-se na luta contra o Estado "obeso" como definiu à época no manifesto de refundação: "Quando se incha a máquina pública faz-se a alegria de uns poucos companheiros e renegam-se a qualidade do atendimento e o respeito a milhões de cidadãos."

Precisamente por essas razões, é absolutamente incompreensível e inaceitável a sucessão de condições que frações regionalistas desses dois partidos tentam

impor ao programa de privatizações e concessões, principalmente em relação às subsidiárias da Eletrobras, como Furnas e Chesf.

No PSDB, a reação contrária à privatização da Eletrobras partiu da ala mineira, comandada pelo senador Aécio Neves, afastado da presidência do partido e investigado por corrupção.

O porta-voz do retrocesso foi o deputado Marcus Pestana, que preside o partido em Minas: "Furnas é um símbolo de Minas Gerais"

Na sequência, insurgiu-se o deputado baiano José Carlos Aleluia, secretário nacional do DEM: "Fui contra em 1997 e sou contra outra vez a privatização da Chesf"! Logo, alinharam-se parlamentares da região Norte em defesa da retirada da Eletronorte da lista de privatizações.

É crítica, insustentável mesmo, a situação da Eletrobras. São quase cinco anos seguidos de prejuízos (acima de R\$ 30 bilhões) e perdas operacionais significativas (R\$ 20,5 bilhões em 2015). É o resultado de décadas de ingerência política indevida, corrupção e opacidade nos negócios desse grupo de 15 estatais e duas centenas de subsidiárias — a maioria, estabelecida à margem do controle público. Tudo agravado por Dilma e sua medida provisória.

A reação só confirma a urgência da retirada do Estado de uma área dominada por interesses de minorias privilegiadas, ávidas por empregos e remunerações extraordinárias, como se comprova na Eletronorte, e por negócios obscuros, como evidenciam os inquéritos sobre corrupção.

A oposição à privatização emergente em algumas alas do PSDB e do DEM configura uma traição de fato aos princípios fundacionais dos partidos, que deveriam representar fielmente a social-democracia e o liberalismo modernos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira Mônica Scaramuzzo

Título: Para fazer caixa, Estados e municípios seguem União e devem privatizar estatais

Contas. Na lista dos ativos que governos querem colocar à venda estão negócios nas áreas de energia, gás natural e saneamento; levantamento mostra que potencial de arrecadação é de quase R\$ 80 bi, mas há dúvidas sobre a real viabilidade de algumas transações

A decisão do governo federal de privatizar a Eletrobrás faz parte de um movimento que começa a se espalhar pelo Brasil inteiro. Com arrecadação em

baixa e despesas em alta, Estados e municípios têm enxergado na venda de ativos uma forma de reforçar o caixa e diminuir os efeitos da crise fiscal. Essa “nova onda” de privatização pode render a esses governos quase R\$ 80 bilhões, segundo levantamento feito pelo ‘Estado’ com base em informações de bancos, consultorias e mercado.

O valor inclui apenas a venda dos negócios de energia elétrica, gás natural, saneamento básico e iluminação pública. Na lista de empreendimentos que podem mudar de mãos estão ativos das empresas estaduais de energia elétrica, como a Cesp, distribuidoras de gás, empresas de saneamento básico e serviços de iluminação pública. O movimento coincide com a grave crise financeira enfrentada por Estados e municípios.

Sem dinheiro nem para pagar os salários do funcionalismo, como é o caso do Rio de Janeiro, a privatização de estatais, em muitos casos, foi a alternativa que restou para colocar algum dinheiro no caixa. “A crise fiscal aguda do País e a perda de resistência em relação às privatizações reforçam esse movimento de venda de ativos”, afirma Gesner Oliveira, sócio da GO Associados. Além disso, diz, os últimos 15 anos mostraram uma enorme deficiência das estatais na capacidade de investimentos e no potencial de melhorar o nível de governança das empresas, que vêm sendo sistematicamente envolvidas em inúmeros escândalos de corrupção.

“O Estado empresário tem se mostrado muito ineficiente.” Mas nem tudo deve ser vendido nesse movimento de privatização. Os setores de saneamento básico e distribuição de gás, por exemplo, ainda precisam se estruturar melhor para transformar o interesse de investidores em negócios. Nesses casos, o BNDES tem ajudado na estruturação. Investidores nacionais e estrangeiros já vêm demonstrando interesse em fazer estudos e auditorias nos ativos à venda.

Entre esses investidores, há gigantes como a canadense Brookfield, as chinesas State Grid, CTG e CCCC e grupos nacionais, como a Equatorial e a gestora Vinci Partners, além de fundos de investimentos.

Carro-chefe.

Na avaliação de especialistas, embora haja interesse em todas as áreas da infraestrutura, alguns ativos têm maior apelo entre os investidores, como os de energia elétrica. Nesse setor, considerado mais maduro, os negócios podem somar perto de R\$ 30 bilhões. Só a distribuidora Light, do Rio, pode envolver R\$ 6 bilhões. Embora seja problemática por causa do elevado índice de roubo de energia, a empresa está nos planos de alguns investidores. “Nosso carro-chefe volta a ser aquisições na área de energia”, diz José Guilherme Souza, da Vinci Partners.

A Cemig, controladora da concessionária, colocou mais R\$ 8 bilhões de ativos à venda. O movimento é seguido pelo governo de São Paulo, que vai privatizar no mês que vem a Cesp. Outras estatais, como CEB (DF), CEEE (RS) e Copel (PR), também já manifestaram interesse em vender ativos e reduzir seu tamanho.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Felipe Frazão Thiago Faria

Título: Privatização atinge loteamento político

Plano de venda da Eletrobrás, Infraero e Casa da Moeda abre frente de insatisfação em partidos da base que mantêm apadrinhados nas estatais

O pacote de privatizações do sistema Eletrobrás, Infraero e Casa da Moeda anunciado na semana passada pelo governo Michel Temer mexeu no vespeiro do loteamento político e abriu uma nova frente de insatisfação e reações na base governista. O plano vai reduzir a zona de influência partidária nas empresas.

Um mapeamento feito pelo Estado identificou ao menos 30 indicações políticas nas diretorias das empresas a serem privatizadas. Os nomes são vinculados, principalmente, a PMDB, PSDB, DEM, PR, PP, PTB e até ao PSB, que deixou a base em maio, mas mantém **o ministro de Minas e Energia, fernando coelho filho**.

Na Eletrobrás, por exemplo, apesar de o presidente Wilson Ferreira Júnior ser apontado como uma indicação pessoal do presidente Michel Temer, entre os diretores há nomes ligados ao PMDB do Senado e até ao PSDB de São Paulo. Nas subsidiárias, os três diretores da Amazônia GT foram indicados pelo senador Eduardo Braga (PMDB-AM), que recentemente passou a fazer oposição.

Ele nega as indicações. PMDB e PSDB também são responsáveis por nomeações nas cúpulas da Eletronorte e da Eletrosul. No caso da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), que até 2014 esteve sob área de influência do PSB, hoje tem a maior parte dos cargos divididos entre o PMDB e o PP.

Líderes desses partidos dizem ser favoráveis às privatizações, mas, à sua maneira, cada um rechaça vendas na área em que exerce influência. Parlamentares do Nordeste, por exemplo, já defendem nos bastidores excluir a Chesf do pacote de privatizações por sua importância para a região.

Discurso semelhante é adotado em relação a Furnas, entregue pelo governo Temer a deputados de Minas Gerais. A bancada mineira do PMDB, que apadrinhou o presidente da companhia, Ricardo Medeiros, aprovou anteontem na executiva estadual uma moção contrária à privatização de Furnas e das usinas da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

Os parlamentares se dizem revoltados e querem pressionar o Planalto a rever a decisão. Com apoio dos prefeitos, vereadores e deputados estaduais, eles pretendem levar o texto a Temer e ao presidente nacional do partido e líder do governo no Senado, Romero Jucá (RR). “Temos que privatizar tudo que dá prejuízo, mas água e energia são questões de estratégia nacional. Isso é grave e não tem a ver com cargos. O governo devia deixar as hidrelétricas por último e começar por aeroportos.

Os governos passam, mas o patrimônio do povo mineiro fica”, disse o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG). O movimento ecoa no DEM e no PSDB, historicamente favoráveis à privatização, e que cancelaram o diretor de Engenharia de Furnas, Cláudio Guilherme Branco da Motta. “Furnas é uma das principais empresas de geração e transmissão de energia.

A gente vê esse caso com preocupação em relação à segurança nacional, é uma área fundamental para o desenvolvimento estratégico”, afirmou o presidente do PSDB em Minas, deputado Domingos Sávio. Embora seu partido tenha aderido ao governo Temer com a condição de que fosse realizado um “programa consistente de privatizações e concessões”, o tucano nega contradição.

“O PSDB nunca defendeu privatização de maneira generalizada, nossos adversários tendem a querer generalizar.” Outros partidos da base como PR e PTB também devem ser afetados. O primeiro tem influência sobre a diretoria da Infraero, enquanto o segundo indicou diretores da Casa da Moeda.

Em ambos os casos, porém, não há a chamada “porteira fechada”, quando um partido indica todos os cargos. No mapeamento, a reportagem identificou indicados ligados a outras legendas, como PMDB e PV. O deputado federal Nelson Marquezelli (PTB-SP), responsável por “apadrinhar” o presidente da Casa da Moeda, Alexandre Borges Cabral, disse que seu partido apoia todas as privatizações, mas que alguns casos têm de ser “bem pensados”.

“A Casa da Moeda é centenária, importante, começou a dar lucro, melhorou. Tem alguns casos que são fundamentais para o País.” Ex-ministro de Minas e Energia, o senador Edison Lobão (PMDB-MA) é contra a venda da Eletrobrás, mas diz que sua posição nada tem a ver com fisiologismo. O PMDB tem a indicação das diretorias de Transmissão da Eletrobrás, que está com José

Antônio Muniz Lopes, e de Gestão Corporativa da Eletronorte, com Astrogildo Quental.

Para o ex-ministro, Muniz Lopes e Astrogildo são profissionais competentes. “Indicar pessoas assim é um ato benéfico para o Brasil”. Lobão disse ser favorável às privatizações de maneira geral, mas definiu como “grande equívoco” a ideia de colocar a estatal à venda.

Congresso.

O governo ainda não definiu o modelo que adotará para privatizar a Eletrobrás, mas já sabe que dependerá do Congresso para aprovar uma mudança de regime das usinas hidrelétricas que renovaram suas concessões na era petista. O objetivo é permitir que as empresas voltem a vender energia a preços de mercado.

A proposta ainda está em fase de consulta pública e deve resultar na edição de uma medida provisória. Reservadamente, um ministro do círculo próximo a Temer admitiu que haverá problemas na base porque “ninguém quer mexer no seu”. O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse que o governo não conversou com o Parlamento sobre o pacote. “Não sei avaliar se passa, porque não foi discutido com o Congresso.

Tem que ver para onde vai o dinheiro, se é para investimento ou só para tapar buraco”, afirmou. “Entendo que aquilo que a iniciativa privada pode cuidar melhor do que a pública deve ser privatizado. E se alguém for contra porque tem cargo numa estatal não merece estar na política”, disse Eunício.

COLABORARAM RENAN TRUFFI, CAIO JUNQUEIRA, IGOR GADELHA, VERA ROSA e CARLA ARAÚJO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Vera Rosa

Título: Temer aposta nas concessões para ganhar popularidade

Pesquisas do Planalto mostram que aprovação do governo sobe de 4% para 15% nas redes quando o tema é citado

O pacote de privatizações lançado pelo governo é a aposta do presidente Michel Temer não apenas para tentar conter o rombo no Orçamento e enfrentar a crise econômica, mas também para recuperar popularidade em 2018, ano eleitoral. Pesquisas feitas em redes sociais nos últimos dias, já

analisadas pelo núcleo político do Palácio do Planalto, mostraram que, quando o tema privatização é abordado, a aprovação do governo sai de 4% e chega a 15%.

O “salto” ocorre somente nesse caso. Os dois dígitos foram obtidos na segunda-feira, quando o **Ministério de Minas e Energia** anunciou a venda da Eletrobrás, e se mantiveram com a divulgação de que a Casa da Moeda e o aeroporto de Congonhas estão na lista do que será oferecido à iniciativa privada.

Na avaliação de auxiliares de Temer, as privatizações podem dissipar as desconfianças do mercado sobre os rumos da economia e, de quebra, reaproximar o discurso do governo da sociedade, principalmente da classe média. Desde as delações da JBS, que vieram à tona em maio, levantamentos indicam a deterioração da imagem do presidente.

Foi por isso que os dados obtidos nas redes sociais após o anúncio do plano animaram o Planalto e a cúpula do PMDB. Agora, até mesmo uma pesquisa qualitativa da Fundação Perseu Abramo, braço acadêmico do PT, está sendo lembrada por interlocutores de Temer para mostrar que a população quer um Estado mais enxuto.

Feita entre novembro de 2016 e janeiro deste ano na periferia de São Paulo, a consulta revelou que ex-eleitores do PT veem o Estado como “inimigo” responsável por se apropriar do dinheiro dos impostos e fornecer serviços de baixa qualidade. Para o ministro Moreira Franco (Secretaria-Geral), o pacote não tem apenas objetivo fiscal.

“É evidente que, do ponto de vista econômico e social, deveríamos ter um programa para enfrentar o desafio do emprego e da renda, além de melhorar a infraestrutura”, argumentou ele.

Racha.

A base aliada do governo, porém, já começou a criticar a proposta. As resistências aparecem cada vez mais fortes no Congresso, mas, em conversas reservadas, muitos políticos observam que a queixa tem como pano de fundo o medo de alguns colegas de perder cargos em estatais com gordos orçamentos, como a Eletrobrás.

“Eu tenho zero de cargo”, afirmou o senador Edison Lobão (PMDB-MA), ex-ministro de Minas e Energia, que é contra a venda da Eletrobrás. Questionado sobre o domínio do grupo do ex-presidente José Sarney (PMDB) – integrado por ele – na distribuição de diretorias do sistema elétrico, Lobão disse que isso “é uma falácia”. E completou: “Nada é particularmente do Sarney nem meu”.

Adepto da máxima “quanto menos Estado, melhor”, o líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB), afirmou que a Lava Jato jogou luz sobre a corrupção nas estatais. “Historicamente, essas empresas têm servido de instrumento para financiar projetos político-partidários dos governos de plantão”, disse. Efraim lançou até um desafio aos colegas contrários às privatizações: “Se hoje as telefônicas pertencessem ao Estado, será que o serviço prestado seria melhor?”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor: Ary Cunha

Título: Tempos elétricos

As finanças federais continuam a maior bagunça, mas, até por isso, e também pela marcação do Ministério Público, pelo mercantilismo de sua “base aliada” e pelas infundáveis dúvidas existenciais do PSDB, Michel Temer agora quer vender a Eletrobras, buscando ao menos ser reconhecido como o presidente mais reformista da história do país.

O que o move, assim como a maioria que ainda tem no Congresso, é a necessidade, já que herdou uma massa falida, e cálculo político. Em número de reformas, já fez muito — do teto para a expansão do gasto público ao fim do monopólio da Petrobras na exploração do pré-sal.

E não vai parar. Não só a economia precisa delas para se recuperar da surra tomada quando Dilma Rousseff estava no ringue. As reformas também servem para gerar manchetes alternativas ao noticiário ruim da Lava-Jato e mostrar que Temer mantém o comando das iniciativas.

Reformas como a trabalhista (já sancionada) e a da Previdência — que encruou depois da gravação do açougueiro da JBS que quase lhe tomou o mandato (ambas necessárias, embora impopulares) — dão sobrevida aos responsáveis pela derrocada de um país que tinha tudo para ser desenvolvido, não no que se tornou devido à mesquinhez e à inépcia dos dirigentes e burocratas dos últimos dois governos.

A clareza sobre o fim de linha do status quo institucional parece cristalina para Temer, tanto quanto sobre o que o mantém no posto. É por isso que ele sacou a privatização da Eletrobras, uma estatal destruída pela onipotência de Dilma, e em recuperação graças a uma nova gestão comprometida com resultados, tão logo intuiu o risco de frustração no Congresso da reforma da Previdência. Não vai resolver o enrosco fiscal, mas distrai as atenções e agrada ao mercado.

A dúvida é se o governo dispõe de braços e cabeças para modelar em tempo hábil a privatização de um negócio complexo, com o cuidado de evitar a troca de um virtual monopólio estatal por outro privado e, além do mais, superendividado e com passivos não bem dimensionados, como os ambientais, que vão deprimir a avaliação.

Mais certo, para fechar a sangria fiscal de 2017 e 2018, é contar com a receita de concessões de rodovias, portos e aeroportos, num total de 57 ativos postos à venda. Muita coisa para pouco tempo.

A afobação é mau negócio

Como a expectativa é somente a de obter receita extraordinária que ajude a fechar o deficitário orçamento federal, não o de promover o papel do Estado ao que lhe exige dedicação integral, como educação, saúde e o apoio aos governos regionais na segurança pública, não se descartam privatizações feitas às pressas. Não deveria ser assim.

Ao menos quanto à Eletrobras, é preciso atentar para transformações tecnológicas já consolidadas no mundo e ainda minúsculas aqui, como a geração de energia solar e eólica, cujos custos são cada vez mais competitivos, dispensando subsídios para se viabilizar. É a opção a um sistema competente de geração hídrica, mas com pouco espaço para expandir novas grandes barragens, exceto em santuários da Amazônia.

E como privatizar? Diluindo o capital, com teto ao direito de voto para que ninguém a controle, como é na Embraer e será com a Vale, ou vendendo em bloco a um único dono? Cada caso tem ônus e bônus.

Bronca do time do atraso

A privatização da Eletrobras pode ser a chance única contra o viés de mediocridade da gestão macroeconômica e das políticas públicas — e para a sociedade retomar o Estado apropriado pelas corporações, pelos partidos políticos e por grupos econômicos retrógrados.

Basta atentar para a reação de empregados da Eletrobras ao anúncio da privatização e aos alertas de que a conta de luz vai subir, como se tarifa subsidiada fosse bancada por vento. Avoca-se também a tal da soberania nacional, bordão de uma esquerda mais reacionária que progressista. E os partidos ditos aliados que querem excluir Furnas e Eletronorte do pacote para manter o apoio a Temer no Congresso?

O custo disso tudo está no caos das contas públicas, além da carga tributária recorde, comparada a países com renda per capita análoga, e os juros absurdos

decorrentes do endividamento tipo rosca sem fim — as causas primárias de nossa pobreza e atraso econômico.

Pedro também negou Jesus

O risco real desse ímpeto reformista é o governo perder o foco do que importa para a solvência pública, vindo em primeiríssimo lugar a reforma da Previdência, adequando-a ao viés de envelhecimento da sociedade e pondo fim aos privilégios da alta burocracia. Não há nada que a substitua, e, se a população a recusa, isso se deve mais à desinformação e à baixa perspectiva quanto a um futuro melhor.

Não se vê o condutor dessa esperança, de modo que boa parte do que está posto será a agenda do próximo governo, a despeito de Temer e de quem sucedê-lo. Que pode até negar, como Pedro, que negou Jesus por três vezes antes de ouvir o galo e se arrepender. O galo, no caso, seria o barulho de um terremoto fiscal e do urro das ruas.

Falta o plano arrebatador

Algumas coisas parecem certas até a abertura das urnas em 2018. O quadro falimentar do Tesouro vai piorar até lá, tal como o de vários governos regionais, sendo esse o maior condicionante do futuro que se avizinha. Mas também se dá como certo, contrariando o pessimismo dos órfãos de Lula, que a economia terá saído do buraco, aliviando a percepção do eleitorado de baixa renda, majoritário no país.

Nem se fala do desemprego, que tende a recuar, e do crédito, ainda escasso, apesar de o endividamento estar em queda. O destaque, para o economista Fernando Montero, está na relação da cesta básica com o salário-mínimo. Este cresceu 5,5% em 12 meses e aquela baixou 7%, liberando cerca de R\$ 100/mês ao vasto piso da pirâmide de renda.

São sinais de distensão, reforçados pela liberação do PIS e do FGTS. Só não se vê o portador de um plano reformista, crível e agregador para a maioria. Os que já apareceram estão longe de entusiasmar.

Promessa de privatizar Eletrobras não consola a eventual frustração da reforma da Previdência

MME / ASCOM .